

NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA DO ESPAÇO NA FICÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA¹

NOTES ON THE EMERGENCE OF SPACE IN CONTEMPORARY BRAZILIAN FICTION

Luiz Guilherme Fonseca (PUC-Rio)

luizguilherme.fonseca@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2120-8367>

RESUMO: Em uma conferência realizada em 1967 na Tunísia, Michel Foucault afirmou que o século XX talvez fosse “a época do espaço”. Tal apresentação contribuiu para o que ficou conhecido mais tarde como “virada espacial”. Se a “virada espacial” foi marcada, entre outras coisas, pela ênfase dada aos espaços socialmente produzidos, o Antropoceno pode ser descrito como uma época geológica marcada pela emergência do espaço em dupla chave: como aparição monstruosa, a “intrusão de Gaia” (Stengers) ou o “Planetário” (Chakrabarty), e como acentuação das crises climáticas, exigindo um “retorno ao terrestre” (Dünne). Nos últimos anos, escritores brasileiros como Daniel Galera (2019, 2024) e Carola Saavedra (2021) têm repensado suas próprias produções literárias e os desafios da narrativa frente aos desastres ambientais. O espaço em emergência climática e os espaços outros (influenciados por cosmologias ameríndias) aparecem também de maneira contundente em trabalhos recentes de Joca Reiners Terron e Veronica Stigger. Dessa forma, o objetivo deste artigo é mapear alguns dos desafios que se impõem à produção literária brasileira frente ao Antropoceno, dando ênfase ao espaço em sua dupla emergência.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura e Antropoceno; ficção brasileira contemporânea; literatura e espaço; virada espacial; crise climática.

ABSTRACT: At a 1967 conference in Tunisia, Michel Foucault said that the 20th century was “the epoch of space”. This presentation contributed to what later became known as the “spatial turn”. If the “spatial turn” was marked, among other things, by an emphasis on socially produced spaces, the Anthropocene can be described as a geological epoch marked by the emergence of space in a double meaning: as a monstrous apparition, the “intrusion of Gaia” (Stengers) or the “Planetary” (Chakrabarty), and as an accentuation of climate crises, thus demanding a “return to the terrestrial” (Dünne). In recent years, Brazilian writers such as

¹ Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI E-26/200.334/2025.

Daniel Galera (2019, 2024) and Carola Saavedra (2021) have been rethinking their own literary productions and the challenges of narrative in the face of environmental disasters. The space of the climate emergency and other spaces (influenced by Amerindian cosmologies) also feature strongly in recent works by Joca Reiners Terron and Veronica Stigger. The aim of this article is therefore to map out some of the challenges facing Brazilian literary production in the face of the Anthropocene, with an emphasis on space in its double emergency.

KEYWORDS: *Literature and the Anthropocene; contemporary Brazilian fiction; literature and space; spatial turn; climate crisis.*

1 Antropoceno como a época do espaço

No início de uma conferência realizada em 1967 que resultou mais tarde em seu conhecido texto “De espaços outros”, Michel Foucault disse que “a época atual seria talvez sobretudo a época do espaço” (2013, p. 113). Passados quase sessenta anos dessa conferência, a afirmação de Foucault sobre o século XX parece ter ganhado imprevistas ressonâncias no novo milênio. Se o Antropoceno, termo cunhado por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000), é a proposta de uma nova época geológica determinada pela agência humana sobre o meio em que vive, assim seria principalmente por sua capacidade de colocar em risco os espaços que compõem o Sistema Terra. O risco ao espaço, é claro, é também em última instância um risco ao tempo — o alardeado “fim dos tempos” da mitofísica² cristã ou mesmo o “tempo do fim” proposto pelo filósofo alemão Günther Anders³.

Dessa forma, tempo e espaço, a díade que condicionaria a experiência humana, passam a ser condicionados pela ação da espécie (Danowski; Viveiros de Castro, 2015, p. 20), de modo que seria possível também descrever o Antropoceno como “a experiência de uma decomposição do tempo (o fim) e do espaço (o mundo)” (2015, p. 19).

Como sabemos, em sua conferência realizada na Tunísia em 1967, Foucault não se referia ao espaço pensado em sua fisicalidade territorial estanque, mas antes como sítio heterogêneo composto por um conjunto de relações (2013, p. 115). O interesse principal de

² Para a relação entre metafísica e mitofísica, conferir Danowski e Viveiros de Castro, 2015, p. 17.

³ Günther Anders pensava o primeiro teste nuclear realizado no deserto de White Sands, nos Estados Unidos, como definidor da passagem da espécie humana de uma “espécie de mortais” para uma “espécie mortal”, isto é, capaz de aniquilar não apenas a si mesma, mas o planeta como um todo, descrevendo então o século XX pós-bomba atômica como “o tempo do fim” (Cf. Alencar, 2016, p. 108). Sobre o “tempo do fim” de Günther Anders, conferir também *Há mundo por vir?* (2015, p. 112) e *O passado ainda está por vir* (2023).

Foucault em seu texto era a busca pelos “espaços heterotópicos”. Ao contrário das utopias, que seriam espaços “sem lugar real”, como a imagem de sociedades aperfeiçoadas ou transformadas, as heterotopias seriam “[...] utopias efetivamente realizadas” ou “espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis” (2013, p. 116).

Segundo Foucault, toda sociedade constituiria heterotopias, e elas poderiam ser divididas em dois grandes tipos: as “heterotopias de crise” e as “heterotopias de desvio”. As “heterotopias de crise”, nas sociedades ditas “primitivas”, seriam os lugares privilegiados ou sagrados reservados àqueles que estão em momentos liminares, como ritos pubertários de adolescentes, mulheres em ciclo menstrual ou grávidas, idosos, dentre outros. Sua contraparte nas sociedades ditas ocidentais seriam os colégios internos, o serviço militar para os jovens e as “viagens de núpcias” (2013, p. 116–117). Já as “heterotopias de desvio” seriam os lugares para onde são destinados os corpos desviantes, isto é, casas de repouso, clínicas psiquiátricas e prisões — toda a sorte de “espaços de confinamento” (2013, p. 117).

Ainda de acordo com Foucault, os espaços heterotópicos seriam capazes de “justapor em um único lugar real vários espaços, várias alocações que são em si mesmas incompatíveis” (2013, p. 118). Esses seriam os casos do teatro e do cinema, molduras retangulares em que uma série de lugares alheios e distantes uns dos outros se sucedem. O mesmo se daria na tradição milenar dos jardins persas, e também de seus tapetes, “reproduções de jardins”, que seriam como microcosmos — parcelas do mundo que buscam conter a totalidade do mundo (Foucault, 2013, p. 118).

As heterotopias estariam frequentemente associadas também a rupturas temporais, e seu pleno funcionamento se daria “quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com o seu tempo tradicional” (Foucault, 2013, p. 118), o que aconteceria em museus e bibliotecas, onde o tempo “não cessa de se amontoar e de se sobrepor a si mesmo”, e em momentos de festas e feiras, nas quais o tempo é mais efêmero.

Em certo sentido, talvez seja possível pensar a acentuação das crises climáticas como heterotopias e heterocronias, isto é, eventos que são fruto da justaposição de espaços devastados, e em que o tempo geológico, profundo e não-humano, se cruza com a história humana — o complexo escravagista como motor da modernidade, a Revolução Industrial, o capitalismo, a extração criminosa de minérios e combustíveis fósseis, dentre todas as ações que teriam feito da espécie uma “força geológica”.

Ainda em sua conferência, Foucault sublinhava que “alguns dos conflitos ideológicos que animam as polêmicas de hoje em dia se desenrolam entre os *devotos descendentes do tempo* e os *aferrados habitantes do espaço*” (2013, p.113, grifo nosso). Tal confronto parece permanecer, e não é por acaso que este é também um dos temas que constituem o livro mais recente de Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro, que destacam que mesmo no *Laudato Si'*, de Papa Francisco, “documento de enorme significado ecopolítico”, persiste a superioridade do tempo sobre o espaço, além de uma crítica à imanência (Danowski; Viveiros de Castro, 2023, p. 18–19).

Em *O passado ainda está por vir*, a dupla parte do conceito de “Era Axial” proposto por Karl Jaspers, segundo o qual a humanidade “tal qual a conhecemos” seria fruto sobretudo de um curto período “entre os séculos 800 e 200 A. C., durante o qual a Eurásia viu surgirem Confúcio, Lao Tsé, Buda, Zoroastro, os grandes profetas hebreus e os poetas, historiadores e filósofos gregos” (2023, p. 5), para pensar o surgimento do Antropoceno e os desafios impostos por essa nova era geológica. Aceitando “a tese reconhecidamente controversa” de Jaspers para fins argumentativos, Danowski e Viveiros de Castro compilam então os argumentos (comumente pejorativos às sociedades não-modernas) que muitos pensadores utilizaram para descrever a chamada “ruptura axial” e os sintetizam da seguinte maneira:

o passo inicial decisivo na longa marcha em direção a uma *emancipação* – a palavra de ordem dos Modernos – da humanidade em relação a uma condição primitiva de imanência mágica, marcada por uma relação fusional com o cosmos, por um monismo narcisista e antropomórfico, pela sujeição ao passado, pelo congelamento mítico da ordem social (2023, p. 9–10, grifado no original).

A Era Axial seria dessa forma o período de “invenção da transcendência” (e, portanto, também de sua contraparte, a imanência), promovendo a “instauração de uma disjunção hierárquica entre uma ordem extramundana e outra mundana [...]” (2023, p. 10). Tal transcendência surgida a partir da Era Axial abrigaria “uma Verdade mais alta, inaparente, de essência pessoal (o Deus das religiões abraâmicas) ou impessoal (o ser parmenidiano, a Natureza moderna” (2023, p. 11). De acordo com Danowski e Viveiros de Castro:

em algumas versões da revolução axial, a *transcendência veio assumir a forma e a ordem do tempo* – como no caso do cristianismo e de seus muitos herdeiros filosóficos modernos – a ponto de *o espaço ser visto como a dimensão pagã* (e portanto inverídica) por excelência: “a verdade do espaço é o tempo” (Hegel) (2023, p. 11, grifo nosso).

Levando a tese de Jaspers às últimas consequências, Danowski e Viveiros de Castro especulam que, embora as condições materiais do Antropoceno tenham sido provocadas apenas nos últimos séculos (sejam elas a colonização, a Revolução Industrial, o capitalismo, dentre outros possíveis pontos de partida), “as mutações culturais ocorridas na Eurásia há cerca de três milênios” e sua nova “configuração antropológica” (“o homem tal qual o conhecemos”) podem ser pensadas como as “condições intelectuais de possibilidade (condições subjetivas ou, se quisermos, espirituais)” da nova época geológica (2023, p. 7–8). Nesse sentido, “o *anthropos* do Antropoceno é o personagem que surgiu na Era Axial” (2023, p. 7). E se a figura antropológica que emerge da “ruptura axial” é o “*anthropos* do Antropoceno”, é preciso dizer que o Antropoceno evidenciaria a “obsolescência terminal do repertório teológico-filosófico legado pela Era Axial”, sendo assim incapaz de lidar com o problema engendrado por sua própria matriz de pensamento (2023, p. 7). Para Danowski e Viveiros de Castro, tal obsolescência seria, entre outras, a do “privilegio unilateral do tempo, que encontramos nas filosofias da história” (2023, p. 19), de modo que a dupla propõe assim a necessidade de um giro do tempo ao espaço — e que pode ser entendido, nos parece, como a passagem da história à geografia (ou geologia, como veremos mais tarde).

Danowski e Viveiros de Castro vão nos dizer então que:

A hierarquia entre temporalidade e espacialidade estabelecida pela Era Axial e hipertranscendentalizada pela escatologia cristã infundida nas filosofias ocidentais da história [...] vai sendo empiricamente contestada pelo fechamento extensivo (imperial) e intensivo (extrativista) da fronteira terrestre. Não é de surpreender, portanto, que, em termos cientificamente atualizados, o Antropoceno reencene uma “experiência compacta da Terra” (o cosmos local, a zona crítica, a simbiose generalizada enquanto verdade da Vida), e que isso exija uma “*virada espacial*” do pensamento (2023, p. 20, grifo nosso).

É preciso lembrar que a chamada “virada espacial”, ocorrida a partir da década de 1970 e que se propagou entre disciplinas como a geografia, a sociologia e a filosofia, chegando até mesmo à crítica literária, foi marcada, entre outras coisas, pela ênfase dada à produção dos espaços como práticas sociais, tendo como algumas de suas figuras mais conhecidas Henry Lefebvre, Edward Soja e o próprio Michel Foucault (Bachmann-Medick, 2016, p. 216). Se a chamada “virada espacial” tinha como ênfase os espaços socialmente construídos, a ideia de uma “virada espacial do pensamento”, como proposta por Danowski e Viveiros de Castro para lidar com o Antropoceno, aponta antes para a materialidade do espaço, no que parece um *retorno à territorialidade*: o Antropoceno como a época da emergência do espaço em seu duplo

sentido: como aparição monstruosa, a “intrusão de Gaia” (Stengers, 2015) ou o “Planetário” (Chakrabarty, 2020), e como risco constante, a acentuação das crises climáticas.

2 O retorno ao terrestre

Em “Zonas críticas: la literatura y lo terrestre”, o crítico literário Jörg Dünne elabora um argumento semelhante ao destacar a chamada “virada espacial” como uma “desterritorialização do espaço”, e ao analisar o novo milênio (e o advento do Antropoceno) como marcado por uma “tendência à reterritorialização que abarca as diferentes figurações e conceitualizações da ‘terra’: o território, o telúrico e, sobretudo, o terrestre” (Dünne, 2022, p. 107–108, tradução nossa). Esse retorno à terra em suas diferentes figurações é também, especulamos, um *retorno ao corpo*⁴ (no que nos parece outra diferença para com a chamada “Era Axial” — do tempo ao espaço, do espírito à matéria).

Em seu ensaio, Jörg Dünne se debruça também sobre o famoso artigo de Paul Crutzen, “Geology of Mankind” (2002), e nos diz que o químico holandês apresenta “uma noção que explica o nexo entre o Antropoceno e a terra de uma maneira inusitada: não se trata da noção de *geografia* mas sim de *geologia*” (2022, p. 107, tradução nossa, grifado no original). A partir dessa exposição de Crutzen, Dünne formula uma interessante hipótese, a de que “[...] com o novo milênio se introduz [...] uma mudança de orientação na epistemologia histórica do espaço”, que levaria da “horizontalidade de certo tipo de espacialidade geográfica” à “verticalidade do pensamento geológico” (2022, p. 107, tradução nossa).⁵

Dünne analisa então a história espacial esboçada por Foucault no texto “De espaços outros” em termos de horizontalidade e verticalidade, sublinhando o vínculo entre o “paradigma do espaço de extensão” e a “cartografia dos princípios da modernidade e sua função geopolítica

⁴ Sobre o vínculo entre terra e corpo é interessante lembrar do que diz Eduardo Viveiros de Castro em *Os Involuntários da Pátria*: “Pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena” (2017, p. 5, grifado no original), e mais tarde sublinha: “A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra. A relação entre terra e corpo é crucial. A separação entre a comunidade e a terra tem como sua face paralela, sua sombra, a separação entre as pessoas e seus corpos, outra operação indispensável executada pelo Estado para criar populações administradas” (2017, p. 8).

⁵ Aqui é preciso fazer uma importante ressalva cuja análise detida extravasa o escopo do presente texto, e que exige um artigo que já está sendo preparado. Por um lado, é necessário destacar as inúmeras críticas bem embasadas ao conceito de Antropoceno, seja por sua nomenclatura, sua data de início, ou mesmo pelas bases eurocentradas da ciência geológica. As discussões acerca de sua nomenclatura, com propostas como Plantationceno, Capitaloceno e Chthuluceno podem ser vistas em Haraway, 2016. Quanto às críticas à “Geologia Branca”, é importante consultar o trabalho de Kathryn Yussoff, *A Billion Black Anthropocenes or None* (2018).

de apresentar, ou melhor, de *inventar o mundo como um mapa onde todos os lugares podem ser abarcados de maneira simultânea*” (2022, p. 107–108, tradução nossa, grifo nosso). O mapa, nesse sentido, também como heterotopia: superfície horizontal que, ao mesmo tempo em que “achata a realidade”, supostamente a abrange.

Se a globalização econômica e terrestre, duas faces do colonialismo como motor da modernidade, podem ser entendidas como “o domínio do horizontal regido pelo mapa”, com a chegada do Antropoceno, entretanto, “a figura do terrestre volta a introduzir uma dimensão vertical na epistemologia e levanta a questão da *geologia do saber frente a sua geografia*” (Dünne, 2022, p. 108, tradução nossa, grifo nosso). Desse modo, vai nos dizer Dünne, podemos pensar o Antropoceno como a passagem do mapa horizontal para a verticalidade da tabela cronoestratigráfica, responsável por organizar a história do planeta em unidades de tempo geológico.

Não deixa de ser curioso que esse movimento acabe também reintroduzindo a temporalidade no espaço: a T/terra como um arquivo vivo, “sendo o Antropoceno a última camada no grande arquivo da história da terra, onde cada época deixa seu legado petrificado sobrepondo-se à camada anterior” (2022, p. 108–109, tradução nossa). No entanto, se há uma reintrodução do tempo na territorialidade, já não se trata mais de um tempo humano ou sobre-humano (como na mitofísica cristã), mas *geológico*, isto é, radicalmente não-humano em escala e escopo (Dünne, 2022, p. 109).

A mudança de paradigma da horizontalidade para a verticalidade, do mapa à tabela cronoestratigráfica, vai nos dizer Dünne, é também a passagem de um espaço supostamente passivo à uma “zona ativa” (2022, p. 110) — um espaço em emergência.

3 Notas sobre a emergência do espaço na ficção brasileira contemporânea

Nos últimos anos o escritor Daniel Galera escreveu ao menos dois ensaios sobre o espaço em emergência e os limites da narrativa literária ao tentar representá-lo. O primeiro deles, “Ondas catastróficas” (2019), fazia isso da perspectiva de um observador distanciado do tsunami que arrasou o Japão em 2011 e do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana, no ano de 2015. No último deles, “O desastre e as palavras” (2024), o escritor não era mais um observador distante, mas antes alguém territorialmente implicado nas enchentes que assolaram Porto Alegre em maio de 2024.

Em “Ondas catastróficas”, Daniel Galera refletia sobre os impactos que a captura e disseminação digital de imagens de desastres naturais ou causados por negligência humana provocavam no senso estético coletivo. Vídeos e fotos como os do tsunami no Japão ou da tragédia humanitária e ecológica de Mariana seriam exemplos do que o autor chamou de era da “visibilidade total”, onde “a internet e as novas tecnologias de imagem deixam tudo à disposição do olhar” — e isso, é claro, causaria um impacto no “trabalho da imaginação criadora” (Galera, 2019, s.p.).

Na opinião do autor, a era da “visibilidade total” afetaria diretamente a narrativa fincada no “realismo vigente”, mas não a dita literatura de gênero (como horror, fantasia e ficção científica), nem o que ele classifica como “narrativas autoficcionalis e identitárias”.⁶ Ainda de acordo com Galera, o “realismo vigente” seria marcado pelo “tipo de romance realista ainda hegemônico, o modelo de narrativa masculina e burguesa por excelência, atenta à metódica construção psicológica dos personagens e à representação detalhada e naturalista do real”, e que na opinião do autor seria uma literatura anacrônica na era da “visibilidade total” (2019, s.p.). Ainda segundo o autor, seria o tipo de literatura praticada por ele desde seus primeiros livros, o que teria se esgotado ao lançar *Meia-noite e vinte*, em 2016, quando experimentou “pela primeira vez o desgaste das ferramentas com as quais estava acostumado a transcrever minha imaginação e minha vida interior” (2019, s.p.).

⁶ Como sabemos, o conceito de “realismo” é vastamente explorado e reatualizado na história da literatura e da filosofia, e abarca noções como as de realismo mágico, realismo crítico, realismo socialista, neorealismo, realismo delirante, dentre tantas outras. Uma abordagem que se pretendesse densa e completa sobre o tema exigiria por si só uma análise mais detalhada, o que extravasa nossos objetivos neste artigo. No entanto, através dos trabalhos de Karl Erik Schollhammer, por exemplo, é possível apresentar um breve tensionamento a isso que Galera chama apressadamente de “realismo vigente”. Em “Do realismo ao pós-realismo” (2016), Schollhammer analisa a relação entre o realismo e a literatura brasileira contemporânea. De acordo com o pesquisador, o realismo apareceria na prosa contemporânea brasileira como “[...] um projeto representativo incompleto que ainda merece respeito e atenção pela tarefa de visualizar a realidade marginalizada, excluída e periférica da sociedade brasileira, principalmente nas grandes cidades” (2016, p. 14). Dessa perspectiva, este tipo de realismo é entendido como “[...] um projeto representativo fortemente motivado pela *consciência política e ética das injustiças excludentes de uma sociedade autoritária* [...]” (2016, p. 14–15, grifo nosso). Enquanto a literatura produzida nos países vizinhos havia enveredado pela fantasia e pelo realismo fantástico entre as décadas de 1950 e 1960, nos diz Schollhammer, a literatura brasileira “[...] reformulava o *realismo social* do romance de 30 à prosa urbana da década de 1960” (2016, p. 15, grifo nosso). Voltando-se para a produção contemporânea, Schollhammer identifica ainda exemplos da continuidade desse processo em romances como *Inferno provisório*, de Luiz Ruffato, e *Habitante irreal*, de Paulo Scott — o primeiro descrito pelo pesquisador como “romance proletário”, e o segundo como “romance de formação”. Outros exemplos estariam “[...] na literatura que se debruça de modo etnográfico, documental ou testemunhal sobre a violência e a miséria social das grandes cidades [...]” (2016, p. 15), casos de *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, e *Capão Pecado*, de Ferréz. Os exemplos trabalhados por Schollhammer, nos parece, se encaixam perfeitamente no que Galera descreve como “as lacunas narrativas de diversos grupos sociais e minorias até hoje perseguidos ou invisíveis na cultura predominante” (Galera, 2019, s.p.), apontando que não há um “realismo” hegemônico em vigência na literatura brasileira contemporânea.

O texto que é um dos disparadores para a reflexão de Galera é um ensaio da escritora e teórica da mídia McKenzie Wark, intitulado *On the Obsolescence of the Bourgeois Novel in the Anthropocene* (2017). Nesse ensaio, partindo do livro *The Great Derangement: Climate Change and the Unthinkable* (2016), do escritor indiano Amitav Ghosh sobre as mudanças climáticas e, segundo ele, a inabilidade da literatura, história e política em lidar com a escala de violência no horizonte próximo, Wark argumentava que “a ficção que leva as mudanças climáticas a sério não é levada a sério como ficção” (Wark, 2017, s. p., tradução nossa). Esse seria o caso da “ficção científica” e da “climate fiction”. Como a própria Wark deixa explícito, o simples fato desses gêneros serem voltados a ou supostamente terem melhores ferramentas para lidar com a emergência climática não lhes garantiria que fosse produzida uma ficção de boa qualidade. Mas o que a escritora salienta, apoiada em Ghosh, é que “a mudança climática excede o que a forma do romance burguês pode expressar” (Wark, 2017), e isso ocorreria porque, como vai nos dizer Galera a partir do ensaio da própria Wark:

o romance realista é adequado a um fluxo de tempo constante, previsível, que segue na direção de um progresso e esclarecimento cada vez maiores. Não há espaço para incoerência, mistérios, para uma acomodação estrutural do imprevisível ou dos fenômenos inapreensíveis por inteiro, rotulados pelo filósofo Timothy Morton de “hiperobjetos”. Diante de hiperobjetos como o aquecimento global, a internet e a energia nuclear, fenômenos complexos que só conseguimos apreciar de maneira incompleta, e que nos forçam a lidar com noções de tempo e de espaço muito mais imprevisíveis, *as estratégias de representação do real no romance realista, sugere Wark, deixariam de funcionar* (Galera, 2019, s.p., grifo nosso).

Seria necessário, como já dito em uma nota, investigar em um trabalho de mais fôlego os muitos realismos e suas possíveis estratégias de representação frente a uma transformação tão profunda — a um só tempo espacial, existencial e psicológica — quanto a imposta pelas crises climáticas. No entanto, para este artigo, que tem como objetivo analisar a emergência do espaço, gostaríamos de sublinhar como a preocupação de Galera com a representação do real no romance realista, e a análise pessoal que faz de sua própria obra, provocam uma transformação em seu projeto estético. Tal transformação fica evidente em *O deus das avencas* (2021), que é dividido em três novelas atravessadas pela emergência existencial e climática — e apresenta na última, “Begônia”, uma pequena comunidade que vive em coexistência com uma colmeia de abelhas, num futuro pós-apocalíptico em que o “necromel” produzido pelos insetos garante a saúde do grupo.

É importante notar, entretanto, que embora a ficção produzida por Galera tenha passado por uma inflexão que poderíamos caracterizar, na esteira de seu ensaio de 2019, como a

passagem de certo “realismo burguês” para um “realismo especulativo”, tal transformação parece acontecer apenas no nível temático, não comparecendo também em mudanças na linguagem narrativa, que parece antes obedecer ao mesmo instrumental narrativo de seus livros progressos. Em “O desastre e as palavras”, seu texto de 2024 enquanto alguém implicado nas terríveis enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul entre o final de abril e o início de maio daquele ano, surge de novo a importante questão acerca da dificuldade de escrever sobre as inundações e narrar ficcionalmente os múltiplos desastres em curso e ainda por vir.

Em seu texto sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, Galera cita também o livro de Carola Saavedra, *O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim* (2021), em que a autora se debruça, numa escrita micelial e transdisciplinar, sobre o tema que atravessa os dois ensaios do autor: como escrever no tempo do fim? Ainda no primeiro ensaio desse livro redigido durante a pandemia de Covid-19, “A escrita do fim do mundo”, Saavedra faz os seguintes questionamentos:

como fica a literatura, este sonho acordado [...] da civilização se a própria civilização está sendo questionada? Seja pelas possibilidades tecnológicas que se abrem, seja pelo capitalismo que tudo permeia [...]. Como escrever em tempos tão urgentes e tão estranhos? Como escrever sobre nós se cada vez sabemos menos sobre quem somos? Como escrever num planeta em acelerada transformação? [...] Em outras palavras, *num mundo cada vez mais incerto, mais irreal, como abordar a realidade?* (Saavedra, 2021, p. 18–19, grifo nosso).

Depois de apontar que a crise atual é também uma crise da “mentalidade vigente”, e que, como tal, nos oferece a possibilidade de outro olhar sobre “as visões de mundo indígenas, afro-brasileiras, amefricanas, aborígenes, entre outras” (2021, p. 16), Saavedra também traça algumas estratégias possíveis para responder à questão de como escrever sob esse emaranhado de emergências:

Há tempos penso nas possibilidades da escrita, de uma literatura deslocada do sujeito, onde tudo tem voz: o rio, a chuva, a floresta, o trovão e até as capivaras. Uma escrita mais próxima do sonho, do transe, da alucinação, do que (ainda) não sabemos que sabemos. Não um livro que escrevemos, mas um livro que nos escreve. Uma literatura que se dá na compreensão (e humildade) de que não somos nós que a sabemos, mas é ela que nos sabe (Saavedra, 2021, p. 20).

Tal escrita imaginada por Saavedra, acreditamos, comparece em alta voltagem em *Krakatoa* (2024), de Veronica Stigger. Livro estranho, nem romance nem novela, mas composto por relatos variados — ou, antes, *retalhos* —, *Krakatoa* nos apresenta uma escrita próxima do mundo onírico, intercalando blocos narrativos, diários, notícias de jornais sobre

vulcões, avistamentos de fantasmas, num texto movediço que converge e aponta para a constante instabilidade do “eu”, seja esse algum dos múltiplos narradores ou personagens narrados.

Em um dos relatos mais poderosos, “Massalia”, que possuiu uma estrutura próxima dos contos de fadas ou dos mitos ameríndios, um pescador idoso reconhece na cabeça de um peixe “o que havia se perdido no rosto de sua mulher” (2024, p. 58). De volta para a casa em que viviam isolados, o pescador cola a pele retirada da cabeça do peixe no rosto de sua mulher enquanto ela está dormindo. Quando ela acorda, ele a beija e volta a ter uma ereção como há muito tempo não acontecia, ejaculando na própria perna. Os dois saem para pescar e logo ela está grávida e radiante, com seios fartos que são furados por duas gaivotas:

De dentro de cada um deles, jorrou uma torrente de água doce em cascata, que se deslocou por cima do mar sem jamais misturar-se com a água salgada, como uma mancha de azeite flutuante, e seguiu até o rio que ficava atrás da casa deles, enchendo-o novamente e levando consigo o barco do pescador. Este aportou, como antigamente, atrás da casa. Ele então recolheu seus equipamentos de pesca, o filho que nascera no momento mesmo em que os seios vazaram e a mãe se desfizera e a túnica azul que ela usava e que ele agora vestia (2024, p. 62).

Nas orelhas do livro, Eduardo Viveiros de Castro descreve *Krakatoa* como “uma experiência vertiginosa de mitopoiese intertextual, [...] uma obra transgênero, atravessada por personagens telúricos e cósmicos [...]”, e mais tarde sublinha: “Escrevendo em cima da catástrofe, a partir dela, em torno dela, *Krakatoa* não traz, entretanto, lições – traz visões” (Stigger, 2024, grifo nosso). Esse breve comentário de Viveiros de Castro ganha ainda outras repercussões quando comparado ao livro de ficção científica (ou mesmo “climate fiction”) de Kim Stanley Robinson, citado por Galera em “O desastre e as palavras”:

Quando penso no que é possível fazer, penso no romance de ficção científica de Kim Stanley Robinson, *The Ministry for the Future* [O ministério do futuro], que gira em torno da criação de um órgão internacional secreto que, após uma onda de calor que mata um milhão de pessoas na Índia, tem a missão de proteger gerações futuras de um apocalipse climático (Galera, 2024, s.p.).

Se no livro inclassificável de Veronica Stigger há o que podemos chamar de “deflação do humano” não só a nível temático, mas também no trabalho com a linguagem (com vulcões falantes e estruturas narrativas aproximadas ao sonho e ao transe), na “climate fiction” parece perdurar o diagnóstico feito por Jörg Dünne:

as ficções climáticas ou catastróficas são problemáticas no sentido em que, ao invés de questionar, tendem a afirmar uma perspectiva antropocêntrica sobre o terrestre que confunde diferentes escalas espaço-temporais e também diferentes noções do humano (2022, p. 116–117, tradução nossa).

Órgãos internacionais para lidar com a crise climática, assim como soluções de geo-engenharia global, são ideias totalizantes que parecem seguir a esteira da chamada Era Axial, ainda pensando a natureza como algo a ser conduzido e gestado pela espécie humana. Entretanto, como disseram Danowski e Viveiros de Castro (2023, p. 7) acerca das relações entre a chamada Era Axial e o Antropoceno, é difícil imaginar que os responsáveis por fazer da espécie humana uma força geológica negativa tenham repertório para lidar com o problema.

As questões relativas ao espaço em emergência surgem de maneira acentuada também em pelo menos três dos mais recentes livros de Joca Reiners Terron: *A morte e o meteoro* (2019), *O riso dos ratos* (2021) e *Onde pastam os minotauros* (2023).

Em *A morte e o meteoro*, acompanhamos a tribo ameríndia ficcional kaajapukugi e o seu processo de asilo político no México, sob intermediação de um indigenista brasileiro. No livro, a Amazônia está destruída, o Chile desapareceu por conta do aquecimento global e o Brasil está em guerra com a Venezuela enquanto uma expedição chinesa vai a Marte. Compostos por cinquenta homens à espera do fim (já que não há mulheres ou crianças entre eles), a tribo kaajapukugi é transferida para Oaxaca, onde comete suicídio ritual. O espaço em emergência no livro não se refere apenas às tragédias climáticas provocadas pelo aquecimento global, tendo também profundas repercussões espirituais. Com a devastação da floresta os kaajapukugi estavam perdendo o contato com seu mundo espiritual (seu *espaço outro*), uma vez que os besouros alucinógenos dos quais faziam uso em seus rituais estavam ameaçados de extinção.

Em *O riso dos ratos*, acompanhamos um personagem sem nome que foi privado de seu mundo, vivendo nas ruínas do que parece um epílogo civilizacional. Uma doença misteriosa ou catástrofe se abateu sobre o mundo, e o narrador doente percorre então alguns dos espaços fundadores da nação (a fábrica, o quilombo, a plantação, o porão de um navio, a travessia atlântica), em fuga manca da violência que o persegue e também o constitui.

Já em *Onde pastam os minotauros*, a narrativa se passa em um único dia, a última segunda-feira útil do ano em um abatedouro no interior do Mato Grosso, onde quatro funcionários do açougue preparam o que poderíamos descrever como uma vingança política e religiosa. O livro é intercalado por fragmentos narrados por uma voz não-humana (o minotauro?

a voz coletiva dos bois?), assim como cenas ancestrais e recentes, desde rituais romanos de sacrifício até a infância do protagonista e sua relação com os animais. Ao fim, junto à vingança cometida pelos protagonistas, os bois se libertam, destruindo o abatedouro e esmagando muitos dos humanos (inclusive aquele que conseguia ouvi-los).

Nesses três livros de Joca Terron, a emergência do espaço é indissociável de questionamentos metafísicos (a deflação do humano) e cosmológicos (a abertura a espaços outros).

4 A literatura e o terrestre

Ao contrário do que a horizontalidade dos mapas poderia indicar, o Antropoceno apontaria para a nossa entrada em uma “terra incógnita” (Crutzen, 2002, p. 23) por conta das aceleradas mutações que impõe aos espaços. Se Jörg Dünne pensa o retorno do terrestre promovido pelo Antropoceno como a passagem do mapa à tabela cronoestratigráfica, o que a crise climática nos mostra, com a destruição de espaços e a devastação ambiental, é também a defasagem cotidiana dos mapas e constante mudança dos territórios. Algo que afeta simultaneamente a “horizontalidade da espacialidade geográfica” e a “verticalidade do pensamento geológico” (Dünne, 2022, p. 107). Tal “terra incógnita” a que estamos adentrando é ao mesmo tempo material e imaginária, pertencente aos territórios que habitamos e à nossa capacidade de narrá-los.

Como vai nos dizer Dünne, o Antropoceno é também um desafio à crítica literária, e por isso,

Uma das tarefas da crítica literária com respeito às literaturas da zona crítica do terrestre seria então descrever as interferências entre as diferentes escalas da situacionalidade literária, desde a escala de menor alcance do indivíduo e seu mundo subjetivo, passando pela escala de médio alcance da história social com suas coletividades de “human-humans”, até chegar à escala de maior alcance, que corresponde ao terrestre em sua dimensão geo-histórica e ao “nohuman-human” frente a outros agentes geofísicos. Confrontar essas três dimensões não se trata de explicar ou fundar uma das escalas a partir da outra (como por exemplo reestabelecer certo tipo de antropocentrismo) mas sim de *analisar a complexidade de suas interações* (2022, p. 118, tradução nossa, grifo nosso).

Jörg Dünne conclui o seu ensaio analisando então uma obra do poeta chileno Raúl Zurita, que talvez seja responsável pelo exemplo mais radical de encontro entre a literatura e o

terrestre, e pode nos auxiliar a pensar as possibilidades da literatura frente a emergência do espaço.

Um dos poemas mais conhecidos de Zurita está escrito nas páginas do livro *La vida nueva*, de 1994, e também *inscrito na terra*: uma escavação/instalação ao ar livre no Deserto do Atacama, ao norte do Chile. O poema possui apenas um verso: “ni pena ni miedo”, e possui uma extensão de mais de três quilômetros, só podendo ser devidamente lido a partir de uma visão aérea.

Como sublinha Jörg Dünne, essa obra de Zurita promove o entrecruzamento de escalas muito distantes, o de “micropoema que cabe em (meio) verso, por um lado, e instalação em espaço geofísico com suas dimensões superlativas, por outro” (2022, p. 121). O “geoglifo”, como chamam Aceituno e Solar, foi feito em 1993, três anos depois da derrota de Pinochet nas urnas, e só foi possível graças ao acesso de Zurita a “retroescavadeiras, maquinaria pesada e uma equipe multidisciplinar de engenheiros, cientistas, geólogos e técnicos do Ministério de Obras Públicas, além da ajuda econômica do Estado do Chile e de empresários” (Aceituno; Solar, 2015, p. 75, tradução nossa). Aceituno e Solar sublinham também a dimensão “tecnocientífica” do poema, tanto no arranjo multidisciplinar responsável por sua feitura como nos dias que correm, ao poder ser acessado via Google Earth.

Como nos lembram os pesquisadores, o Deserto do Atacama foi um dos cenários marcados pelos inúmeros casos de violação dos Direitos Humanos durante a brutal ditadura chilena, e daí a importância “de reterritorializar o Deserto do Atacama para intervir nos sentidos das construções discursivas que o associam à dor, à solidão e ao medo, à imutabilidade, passividade e infertilidade” (Aceituno; Solar, 2015, p. 75, tradução nossa).

Se inscrito materialmente no deserto o poema é feito para perdurar no tempo, exacerbando a escala humana e flertando com a geológica, o que surge como gesto de denúncia aos desaparecidos e torturados pela ditadura chilena (a inscrição na terra também como um gesto de memória) pode ganhar ainda outra camada semântica no século XXI. E é justo isso que Dünne vai especular:

Desde a escala do terrestre, o texto de Zurita se abre também a outras possibilidades de leitura – nesse contexto, são precisamente a dupla negação (ni... ni) e a ausência de sujeito de enunciação linguístico que permitem referir tal negatividade ou insensibilidade também à terra no Deserto do Atacama ao qual o poema se inscreve (2022, p. 122–123).

Dessa perspectiva, a inscrição poética de Zurita, ao entrecruzar escalas diametralmente opostas, promove o encontro do humano e do telúrico, do político e do geológico, perdurando tempo o suficiente para ganhar outros significados, e promovendo, em suas cicatrizes traçadas na areia, uma enunciação que parece vinda da própria T/terra.

REFERÊNCIAS

ACEITUNO, Arnaldo Donoso; SOLAR, Ricardo Espinaza. Escribir el cielo, escribir el desierto, escribir el acantilado. La escritura material de Raúl Zurita. *Ecozon@*, v. 16, n. 2, 2015.

BACHMANN-MEDICK, Doris. *Cultural Turns*. Traduzido por Adam Blauhut. Berlim/Boston: De Gruyter, 2016.

CHAKRABARTY, Dipesh. *O planeta: uma categoria humanista emergente*. Traduzido por Gabriela Baptista. Zazie Edições, 2020.

CRUTZEN, Paul J.; Stoermer, Eugene F. The Anthropocene. *IGBP Newsletter*, 41, 2000.

CRUTZEN, Paul J. Geology of mankind. *Nature*, v. 415, n. 6867, p. 23–23, 2002.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?*. Desterro: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2015.

DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O passado ainda está por vir*. São Paulo: n-1 edições, 2023.

DÜNNE, Jörg. Zonas críticas: la literatura y lo terrestre, In: RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl (editor). *La naturaleza de las humanidades*. Santiago de Chile: Mimesis, 2022.

FOUCAULT, Michel. De espaços outros. Traduzido por Ana Cristina Arantes Nasser. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 113–122, 2013.

GALERA, Daniel. *O deus das avencas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GALERA, Daniel. Ondas catastróficas. *Revista Serrote*. São Paulo: IMS, 2019. Disponível em: <https://revistaserrote.com.br/2019/10/ondas-catastroficas-por-daniel-galera/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GALERA, Daniel. O desastre e as palavras. *Quatro cinco um*. Edição 83, julho de 2024. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/artigos/meio-ambiente/o-desastre-e-as-palavras/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GHOSH, Amitav. *The Great Derangement: Climate Change and the Unthinkable*. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationceno, Chthuluceno: fazendo parentes. Traduzido por Susana Dias, Mara Verônica e Ana Godoy. *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016.

SAAVEDRA, Carola. *O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Do realismo ao pós-realismo. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 20, n. 39, p. 14–21, 2º sem. 2016.

STENGERS, Isabelle. 2015. *No Tempo das Catástrofes*. Traduzido por Eloisa Araújo. São Paulo: CosacNaify.

STIGGER, Veronica. *Krakatoa*. São Paulo: Todavia, 2024.

TERRON, Joca Reiners. *A morte e o meteoro*. São Paulo: Todavia, 2019.

TERRON, Joca Reiners. *O Riso dos Ratos*. São Paulo: Todavia, 2021.

TERRON, Joca Reiners. *Onde pastam os minotauros*. São Paulo: Todavia, 2023.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da pátria – elogio do subdesenvolvimento. *Cadernos de Leitura*, n. 65. Chão de Feira, 2017. Disponível em: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno65/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

WARK, McKenzie. On the Obsolescence of the Bourgeois Novel in the Anthropocene. 2017. Disponível em: <https://www.versobooks.com/en-gb/blogs/news/3356-on-the-obsolescence-of-the-bourgeois-novel-in-the-anthropocene>. Acesso em: 10 abr. 2025.

YUSSOFF, Kathryn. *A Billion Black Anthropocenes or None*. Minnesota: The University of Minnesota Press, 2018.

Texto submetido em: 10 abr. 2025

Aceito para publicação em: 20 ago. 2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.22456/2238-8915.146861>